

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 23/Ago



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2616/2021



IV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA 2021 - LIVE 06

27 de agosto de 2021, 20h30-23h



O SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA (SIBRASE) chega a sua 4ª edição!

Neste ano de 2021 iremos abordar a temática macro:

“Tendências do Mundo da Segurança Privada Pós Pandemia: Processos, Tecnologia e Pessoas.”

Neste dia teremos a honra de receber o profissional José Boaventura para tratarmos do tema “Como potencializar a empregabilidade dos vigilantes?”.

Vantagens:

- Certificado de participação: Durante a LIVE será liberado uma lista de presença, basta o participante preenche-la e ter o ingresso do Sympla para receber o certificado de participação.

- Doação de alimentos: A cada participante simultâneo na LIVE e cada curtida será doado 1 kg de alimento não perecível para ONG's e Instituições.*

*Limitado a 6,5 toneladas de alimentos.

- Sorteios: Você poderá participar dos sorteios ao vivo.

Se inscreva no canal e ative as notificações para ser avisado na hora do evento: www.youtube.com/ibragesp.

O evento completo conta com 6 palestras. Se inscreva nas demais e participe! Nos vemos lá!

Alerj aprova projeto que obriga bancos a contratar mulheres como seguranças

Proposta segue para análise do governador, Cláudio Castro (PL), que tem até 15 dias para sancioná-lo ou vetá-lo



A Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) aprovou, nesta quinta-feira, o projeto de lei que obriga bancos, casas lotéricas, agências dos correios e outros estabelecimentos financeiros a contratar pelo menos uma vigilante do sexo feminino para revista em clientes mulheres. De autoria do deputado Sergio Fernandes (PDT), o projeto foi aprovado em segunda discussão e agora segue para análise do governador, Cláudio Castro (PL), que tem até 15 dias para sancioná-lo ou vetá-lo.

Para o autor, a medida é necessária para fins de revista, regular ou eventual, em pessoas do sexo feminino para evitar constrangimentos às mulheres. “Ter uma vigilante mulher para

abordar uma cliente é uma forma de preservar a intimidade e resguardar a dignidade do público feminino, evitando situações de constrangimento por ter seus pertences revistados por um homem”, defende Sergio Fernandes.

Os estabelecimentos poderão ainda garantir cursos de formação prévia para as vigilantes do sexo, com inclusão de conteúdos relacionados a direitos humanos e enfrentamento a diversas formas de discriminação.

O deputado também acredita que o projeto contribui para aumentar os postos de trabalho de mulheres em uma área que possui a figura masculina como regra. “Apenas 10,6% das pessoas contratadas para essa função são do sexo feminino. Não há dúvidas de que as mulheres evoluíram muito em sua trajetória de superação da cultura machista e estão cada vez mais deixando para trás a velha imagem do sexo frágil”, acrescentou à justificativa.

Em caso de descumprimento, o projeto prevê advertência e um prazo de 90 dias para adequação. Após esse período, o estabelecimento poderá ser multado em cerca de R\$ 7.400,00 (dois mil UFIR-RJ).

FONTE: [Jornal O Dia](#)

PAGAMENTO DE PROCESSO – MJR/DIF. PERICULOSIDADE

MESMO MORTA, SINDICATO ALCANÇA CRÉDITO DA MJRato E BENEFICIA 9 COLEGAS. + PROCURADOS



A nossa luta por direitos não se cansa nem com empresas mortas. Nesta semana chegou um crédito para 9 colegas, conquistado num processo cobrando diferença de Adicional de Periculosidade (quando da implantação desta conquista em 2014).

O processo inclui 9 colegas e os cheques já estão disponíveis a partir da próxima segunda-feira, dia 23.

Com a direção deste Sindicato não há trégua

AÇÃO SINDICAL POR SAÚDE E RESPEITO

SEM AR-CONDICIONADO E SALUBRIDADE O SINDICATO FECHA AGENCIAS DO BB E ITAU POR 3 DIAS

Quando chegou ao conhecimento da direção do Sindicato que a agência do Itaú e do Banco do Brasil, ambas na rua Silveira Martins, no Cabula, estavam funcionando sem ar-condicionado, a primeira há quase 20 dias e a segunda a quase 10 dias, com vigilantes, funcionários e clientes sofrendo e passando mal dentro da agencia, não perdemos tempo:

- Fiscalização Sindical, de imediato, confirmou a situação;
- Sem solução, Carro de Som (Cospe Bala), bandeiras e apitos na porta das agências no dia seguinte, com o fechamento das agencias até a volta do funcionamento do sistema de ar-condicionado;

Imaginem estes bancos, com lucros bilionários, impondo tamanho sacrifício a trabalhadores e clientes.

Este PLANTÃO/PROTESTO funcionou na quarta, quinta e ontem (sexta). Nestes dias as agencias não abriram para o público, apesar das tentativas

para patrão caloteiro, seja morto ou vivo.

Se ligue nos nomes abaixo e compareça ou entre em contato com o Sindicato (71 99617 9701 – Boaventura, 98814 0556 – Paulo Brito, 98814 0559 – Almir).

Traga o original e copia do RG, CPF, comprovante de Residência, nº do PIS e CTPS (pagina da foto, verso e pagina do contrato Guardiões.

PROCURADOS – também listamos abaixo outros colegas com cheques no Sindicato e não localizados. Se seu nome estiver aqui, também compareça com seus documentos. Se conhecer algum destes colegas, avise-os.

Parabéns a todos.

É luta.

É conquista.

É Sindicato de luta, sem pelego, sem patrão!
Confira seu nome no site da entidade.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

de burla por parte da gerência do Itaú. O Banco do Brasil concordou logo com o fechamento e orientou os clientes.

Provocada por nosso protesto a Fiscalização do Ministério do Trabalho também esteve lá e deve ter confirmado a falta das condições para o trabalho e funcionamento das agencias.

Dos clientes recebemos calorosas e vigorosas manifestações de apoio e solidariedade.

Como resultado desta luta, percebemos ontem que o Itaú estava se mexendo e trabalhadores instalavam novos aparelhos de ar.

Na segunda-feira (23) voltaremos lá para conferir as condições de funcionamento. Sem ar, não abre.

É sindicato firme e vigilante pela saúde e bem-estar dos trabalhadores.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA

Interfort: Vigilantes dos postos da Caixa aprovam proposta de acordo sobre rescisão



Neste sábado, 21 de agosto, o Sindsecur realizou uma assembleia com os vigilantes que trabalhavam na empresa Interfort nos postos de serviço da Caixa Econômica Federal.

Na ocasião, os trabalhadores aprovaram por unanimidade a proposta apresentada, que foi construída após diversas negociações entre o sindicato e a empresa garantindo todas as verbas rescisórias, após o fim do contrato da Interfort com o banco.

O referido acordo garante a aproximadamente 91 trabalhadores, metade do aviso prévio indenizado, o saque do FGTS e 20% da multa,

pagamento das verbas rescisórias.

Diariamente nossa entidade está na luta para garantir os direitos dos vigilantes do RN e com o apoio da nossa valorosa assessoria jurídica conseguimos mais uma vez cumprir com esse papel fundamental.

Parabéns aos trabalhadores que permaneceram mobilizados e confiaram no trabalho da nossa entidade. Vamos continuar na luta pela garantia dos direitos e valorização profissional. Junte-se a nós!

FONTE: sindsecur

Lucro do Banese dobrou no 1º semestre de 2021

Em um ano, banco reduziu 11,5% seu quadro de pessoal



O Banco do Estado de Sergipe (Banese) obteve lucro líquido de R\$ 50,8 milhões no 1º semestre de 2021, alta de 100% com relação ao mesmo período de 2020 e de 12,6% no trimestre (o lucro no 2º trimestre foi de R\$ 26,9 bilhões). De acordo com o relatório do banco, a evolução do resultado reflete a expansão da carteira de crédito em função da alta nas captações, nas recuperações de crédito e redução das provisões para devedores duvidosos, além da contenção das despesas administrativas.

A rentabilidade (Retorno sobre o Patrimônio Líquido – ROE) do banco foi de 20,8%, alta de 5 pontos percentuais (p.p.) em doze meses.

Digitalização X empregos

O banco encerrou o 1º semestre de 2021 com 864 empregados, 112 (11,5%) a menos que em junho de 2020. O número de agências permaneceu o mesmo (63) – sendo 56 unidades físicas. Os postos de serviços permaneceram em 9 unidades, mas foram fechados 31 pontos de ATM e abertos 9 estabelecimentos de

correspondentes no país. O número de clientes apresentou alta de 5,9%, totalizando 885.955 clientes ativos.

No semestre, as transações por canais virtuais do banco (online) cresceram 37,5% em doze meses, chegando a 59,7 milhões de transações, mas, em valores transacionados o volume cresceu 224,6%, somando R\$ 19,3 bilhões no período. Já as transações pelos canais tradicionais do banco caíram 3,3%, totalizando 17,6 milhões de transações, contudo o volume transacionado por esses canais cresceram 14,4%, totalizando R\$ 20,2 bilhões.

Ativos

O total de ativos do banco cresceu 17,7% em doze meses, atingindo R\$ 7,3 bilhões. O patrimônio líquido (capital próprio do banco) cresceu 8,9% no período, chegando a R\$ 535,1 milhões ao final do primeiro semestre de 2021.

Crédito

A carteira de crédito atingiu R\$ 3,07 bilhões, com crescimento de 11,8% em doze meses e 4,8% no trimestre. Desse total, a carteira comercial representou 70,3%, alta de 11,9% em doze meses, atingindo R\$ 2,2 bilhões. A maior parte diz respeito ao crédito para pessoas físicas, somando cerca de R\$ 1,7 bilhão e tendo crescido 5,9% no período. O segmento pessoa jurídica somou R\$ 505,4 milhões, crescimento de 37,6%. A carteira de desenvolvimento, por sua vez, cresceu 6,8%, totalizando R\$ 666,8 milhões.

A taxa de inadimplência foi de 0,88%, com queda de 0,32 p.p., porém, bem inferior a inadimplência média do sistema financeiro, que, em julho de 2021, ficou em 2,3%, de acordo

com dados do Banco Central. As despesas com provisões para devedores duvidosos (PDD) caíram 47,4%, totalizando R\$ 21,1 milhões.

Receita com tarifas X Despesas de pessoal

As receitas de prestação de serviços e com tarifas bancárias caíram 6,9%, totalizando R\$ 62,0 milhões. Já as despesas de pessoal foram reduzidas em 7,7%, atingindo R\$ 84 milhões. Assim, a cobertura das despesas de pessoal pelas receitas com a prestação de serviços do banco foi de 73,81% em junho de 2021, com crescimento de 0,62 p.p. em doze meses.

Veja abaixo a tabela resumo do balanço do Banese elaborada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

FONTE: CONTRAF

(R\$ milhões)

Itens	1sem2021	1sem2020	Varição
Ativos Totais	7.251	6.163	17,7%
Operações de Crédito	3.069,1	2.745,4	11,8%
Patrimônio Líquido (PL)	535,1	491,5	8,9%
Receita com as Operações de Crédito	270,1	268,9	0,4%
Receita com TVM	38,9	37,2	4,6%
Despesas com Captação no Mercado	65,3	70,4	-7,2%
Despesas com Empréstimos e Repasses	4,8	3,2	50,0%
Despesas de PDD	21,1	40,1	-47,4%
Taxa de Inadimplência	0,88%	1,44%	-0,56 p.p.
Receita de Prestação Serviços e Tarifas	62	66,6	-6,9%
Despesa de Pessoal	84	91	-7,7%
Cobertura das Desp. Pessoal / Receita Prestação de Serviços	73,81%	73,19%	0,62 p.p.
Lucro antes dos Impostos e Contribuições	84,9	47,8	77,6%
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	26,5	18,1	46,4%
Lucro Líquido	50,8	25,4	100%
Rentabilidade (retorno sobre o PL)	20,8%	15,8%	5,0 p.p.
Basiléia	13,22%	15,47%	-2,25 p.p.
Agências (nº absoluto)	63	63	-
Caixas Eletrônicos -ATM (nº absoluto)	462	491	-31
Postos de Serviços (nº absoluto)	09	09	-
Correspondentes no país (nº absoluto)	206	197	9
Clientes (nº absoluto)	833.536	885.955	-5,9%
Número de Empregados (nº absoluto)	864	976	-112
Transações pelos canais tradicionais (em milhões)	17,6	18,2	-3,3%
Recursos transacionados (R\$ bilhões)	20,2	17,7	14,1%
Transações pelos canais virtuais (em milhões)	59,7	43,5	37,4%
Recursos transacionados (R\$ bilhões)	19,3	5,6	244,6%

Fonte: Demonstrações Financeiras do Banco Banese (1º semestre de 2021).
Elaborado pela Rede Bancários - Dieese

TOMADORA DE SERVIÇOS TEM RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA SOBRE DISPENSA DISCRIMINATÓRIA



Cerca A Lei da Terceirização (13.429/2017) reforçou o raciocínio segundo o qual a tomadora de serviços (contratante) responde de forma subsidiária pelos eventuais débitos da contratada. Com esse entendimento, a 57ª Vara do Trabalho do TRT da 2ª Região manteve o Sebrae no polo passivo de uma ação para responder subsidiariamente pelos créditos trabalhistas.

A sentença, prolatada pela juíza Luciana Bezerra de Oliveira, diz respeito a um caso de dispensa discriminatória de um trabalhador com câncer, doença considerada estigmatizante. A decisão condenou uma empresa de terceirização de serviços, que alocava o empregado no Sebrae, ao pagamento em dobro de verbas que seriam devidas desde a data de dispensa até a data de ajuizamento da ação, além de indenização por danos morais no valor de R\$ 20 mil.

De acordo com os autos do processo, o próprio Sebrae tornou incontroversa a prestação de serviços no período indicado pelo reclamante por meio de documentos. Além disso, as provas testemunhais comprovaram que o profissional esteve a serviço da entidade durante todo o curso do contrato.

Assim, o contratante arcará com todas as condenações em caso de inadimplemento por parte da empresa interposta, “não havendo qualquer fundamento jurídico ou legal para a exclusão dessas verbas”, conforme ressaltou a juíza titular da 57ª Vara.

Por medida de celeridade e economia, o Sebrae poderá indicar, em liquidação de sentença, bens da empresa de prestação de serviços que poderiam dar efetividade ao pagamento do crédito reconhecido, caso os meios ao alcance da vara não sejam suficientes para tal. Esgotada essa oportunidade, o Sebrae responde pela execução.

(Processo nº 1001169-51.2020.5.02.0057)

FONTE: CONJUR

CUT e centrais pressionam Senado para derrubar reforma Trabalhista de Bolsonaro

A pressão é para que não votem, deixem MP caducar. Prazo vence em 7 de setembro. CUT e centrais vão se reunir com Rodrigo Pacheco, presidente da Casa, para defender direitos conquistados

LEOPOLDO SILVA - AGÊNCIA SENADO



A CUT e demais centrais sindicais vêm intensificando a pressão junto ao Congresso Nacional para barrar a tramitação da Medida Provisória (MP) nº 1045, que precariza relações de trabalho, retira direitos como carteira assinada e salário e traz enormes prejuízos aos trabalhadores.

Na próxima terça-feira (24), às 15h, líderes das centrais se reúnem com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para solicitar que a tramitação da MP seja suspensa para que perca a validade. O prazo para a medida caducar é 7 de setembro.

As medidas provisórias têm força de lei, mas o prazo de vigência de uma MP é de 60 dias, prorrogável uma vez por igual período. Se não for aprovada no prazo de 45 dias, contados da sua publicação, tranca a pauta de votações da

Casa legislativa em que se encontrar (Câmara ou Senado) até que seja votada ou perca a validade. Isso significa que mesmo tendo sido aprovada pela Câmara dos Deputados pode caducar se não for votada no Senado até 7 de setembro.

O secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle e o senador Paulo Rocha (PT-PA) estiveram com Pacheco nesta quinta-feira (19) para entregar o pedido oficial de audiência com as centrais sindicais.

“Conversamos com ele pedindo que deixe a MP caducar. Expusemos os malefícios aos trabalhadores contidos na medida. Pedimos que haja um debate ou que, se for votada, que sejam retirados os jabutis”, disse Valeir, afirmando que o parlamentar se comprometeu a debater sobre o tema.

Ao falar em jabutis, Valeir se refere às mais de 400 emendas estranhas ao tema principal da MP que deveria apenas instituir o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que prevê redução de jornada e salário e suspensão de contratos de trabalho, mas se transformou numa dura e perversa reforma Trabalhista.

De acordo com Valeir, o presidente do Senado deixou claro que será difícil deixar a MP perder a validade, “a não ser que se consiga convencer

com o colegiado [líderes de partidos]”, o que será uma tarefa difícil.

Este é o foco principal da pressão, diz Valeir, mas as centrais e partidos de oposição estão trabalhando para que – se não caducar – sejam retiradas as matérias estranhas (os jabutis), o que deve ser feito por meio de requerimentos de impugnação e articulação com os líderes das bancadas.

“Pacheco disse ‘não vamos aprovar essas matérias’, mas a conversa que teremos na terça será decisiva para nossa atuação”, afirmou o dirigente cutista.

A CUT, centrais e o Partido dos Trabalhadores estão debatendo também medidas a serem tomadas juridicamente para o pior cenário. Caso a MP seja votada e aprovada como está, medidas judiciais serão tomadas como recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para julgar a inconstitucionalidade da medida.

“Se não forem retirados os jabutis vamos recorrer ao STF que, inclusive, tem entendimento de que não pode entrar jabutis em MP’s”, diz Valeir se referindo a uma decisão de 2015, referente a o julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5127, que questionava alterações em uma MP (a MP 427/2019).

A decisão do Supremo foi de que “não é compatível com a Constituição a apresentação de emendas sem relação de pertinência temática com medida provisória submetida à sua apreciação”.

Manobra de deputados bolsonaristas

Aprovada pela Câmara dos Deputados, a Medida Provisória (MP) 1045, editada pelo governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) para renovar o Programa Emergencial de Emprego e Renda e teve incluídos em seu texto ‘jabutis’ que Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

representam um mergulho ainda mais profundo na retirada de direitos. É uma nova reforma Trabalhista que, entre outros pontos, legaliza a contratação de trabalhadores com metade de um salário mínimo (R\$ 1.100) e até com salário trocado por uma bolsa.

Na Câmara o projeto foi aprovado pela maioria dos parlamentares. Foram 304 deputados a favor e 133 contrários.

Os partidos que se opuseram ao ataque de direitos e, portanto, defendem a classe trabalhadora foram PT, PSB, PDT, PSOL, PCdoB e Rede. Líderes desses partidos orientaram suas bancadas a votarem contra a MP 1045.

No Senado, segundo Valeir, as chances da MP passar são reais. “Ela tem chances de ser aprovada. Infelizmente, o governo tem maioria na Câmara e no Senado. Não está nada fácil vida com esse governo, mas vamos trabalhar pela rejeição ou a retirada dos jabutis”, diz Valeir.

Em entrevista ao Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, o senador Paulo Paim (PT-RS), afirmou que o ideal seria o Senado não apreciar essa medida provisória e deixar perder a validade. Ou retirar todo o texto que não mantém correlação com o objetivo original da Medida Provisória e aprovar somente a reedição do programa de manutenção do emprego e renda.”

Paim ainda criticou a atuação de parlamentares na aprovação de medidas dessa natureza – de retirada de direitos dos trabalhadores. “É inaceitável que, diante das crises sanitária, econômica e social que o país enfrenta, há setores que queiram se aproveitar para aprofundar a retirada de direitos dos trabalhadores brasileiros”, disse.

*Edição: Marize Muniz

FONTE: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF